



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

Unidade de Contratos

Rua do Paraíso, nº 387, - Bairro Paraíso - São Paulo/SP - CEP 04103-000

Telefone:

PROCESSO 6010.2023/0001913-0

Termo SVMA/CAF/DLC 3 Nº 095097822

TERMO DE FOMENTO Nº 002/SVMA/2023

PROPONENTE: “INSTITUTO AMPARA ANIMAL -” – Rua Capitão Otavio Machado, nº 345 – Bairro Chácara São Otávio – CEP: 04718-000 – São Paulo – SP- CNPJ Nº 12.791.298/0001-84.

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº: 6010.2023/0001913-0.

OBJETO: O AMPARA SILVESTRE desenvolveu projeto BINÓCULOS DA LIBERDADE: CONECTANDO O CIDADÃO COM A FAUNA URBANA., que pretende ampliar o olhar do indivíduo dos grandes centros para a vida silvestre ao seu redor. O projeto pretende criar mecanismos para trazer os animais silvestres para o dia-a-dia das pessoas, e com isso elas possam optar por ver (observar) e possuir animais silvestres.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, a partir da data de assinatura do presente Termo.

ORÇAMENTO TOTAL ESTIMADO: R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais).

NOTA DE EMPENHO Nº 122451/2023

Pelo presente Instrumento, as partes, de um lado a Municipalidade de São Paulo, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 74.118.514/0001-82, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua do Paraíso, nº 387, Paraíso – São Paulo – SP - CEP 04103-000, representada por sua Secretária Substituta **TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA**, e do outro lado a **PROPONENTE**, a entidade **“Instituto Ampara Animal”**, inscrita no CNPJ nº 12.791.298/0001-84, com sede na – Rua Capitão Otávio Machado nº 345, Chácara Santo Antônio, CEP: 04718-000 - Telefone: (11) 2538-3710 - e-mail: contato@amparanimal.org, neste ato representada pela Senhora **JULIANA CAMARGO DE OLIVEIRA**, com fundamento no artigo 34, da Lei nº 13.019/2014 (com redação dada pela Lei 13.204/2015), bem como, artigo 33, caput e seu §3º, do Decreto Municipal nº 57.575/2016, em face do despacho autorizatário exarado sob o SEI nº 094527449 e despacho de rerratificação sob o nº 094730908 do Processo em epígrafe, publicado no DOC de 05/12/2023 e 07/12/2023 à pág. 313 e 296/297, celebrada o presente **TERMO DE FOMENTO**, nos termos e cláusulas que seguem têm entre si certo e ajustado o que segue, reciprocamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Por meio do presente, a **SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA** e a **PROPONENTE** registram interesse para o desenvolvimento do objeto principal do projeto **BINÓCULOS DA LIBERDADE: CONECTANDO O CIDADÃO COM A FAUNA URBANA.**, que pretende ampliar o olhar

indivíduo dos grandes centros para a vida silvestre ao seu redor. O projeto pretende criar mecanismos trazer os animais silvestres para o dia-a-dia das pessoas, e com isso elas possam optar por ver (observar) e possuir animais silvestres.

- 1.2. A **PROPONENTE** desenvolverá o projeto, consoante com o Plano de Trabalho apresentado sob o SEI **090201066**, do Processo SEI em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA

OBJETIVO GERAL

- 2.1. O AMPARA SILVESTRE desenvolveu o Projeto **BINÓCULOS DA LIBERDADE: CONECTANDO O CIDADÃO COM A FAUNA URBANA** ., que pretende ampliar o olhar do indivíduo dos grandes centros para a vida silvestre ao seu redor. O projeto pretende criar mecanismos para trazer os animais silvestres para o dia-a-dia das pessoas, e com isso elas possam optar por ver (observar) e não possuir animais silvestres.,
- 2.2. O projeto se faz necessário porque o conhecimento sobre a fauna silvestre existente nas cidades é mínima parte dos cidadãos, mostrando a grande desconexão entre humanos e fauna existentes na área urbana. A busca por essa conexão ocorre de uma maneira inadequada, visto que infelizmente o brasileiro adota costumes que priorizam a manutenção de aves em gaiolas, ao invés de observá-las livres. Segundo dados do IBGE, existem mais de 4 milhões de aves em gaiolas nos lares brasileiros, e boa parte da população não questiona esse comportamento, tampouco tem noção da crueldade e das consequências por trás dessa atividade.
- 2.3. Uma das consequências da aceitação da manutenção de aves e outros animais em cativeiro é a perpetuação e incremento da demanda de espécies silvestres como animais de estimação. Esse desejo em possuir animais silvestres é a principal força para o tráfico de animais no Brasil, que retira dos ecossistemas brasileiros milhões de animais anualmente. A melhor forma de combater o tráfico é reduzir a demanda e divulgar alternativas para uma interação positiva entre homem e vida silvestre.
- 2.4. A cidade de São Paulo comporta uma rica biodiversidade, com quase 1500 espécies animais registradas convivendo próximo à população, além de apresentarem mais de uma centena de parques localizados em diferentes regiões das cidades, o que torna este município ideal para se aplicar estratégias que visam construir uma maior percepção, empatia e conexão do cidadão com a fauna silvestre.
- 2.5. A aproximação dos cidadãos a fauna também fomenta o desenvolvimento da ciência cidadã. Hoje é possível colaborar com o reconhecimento de animais silvestres que estão presentes em áreas urbanas e agregar à base de dados sobre a fauna local contribuindo diretamente para o planejamento de ações e melhor gestão dos ambientes naturais contribuindo efetivamente para a sua conservação.
- 2.6. Tendo em vista as questões mencionadas, o projeto pretende aplicar diferentes estratégias de engajamento e educação ambiental, demonstrando para o munícipe diversas possibilidades de desfrutar uma relação positiva entre o homem e a fauna silvestre. A observação dos animais livres na natureza será a principal ferramenta. Adicionalmente, criaremos mecanismos para trazer os animais silvestres para a vida prática dos indivíduos e estimular que o cidadão dos grandes centros enxergue a vida silvestre ao seu redor, nos parques e praças urbanas. Além disso visamos a promoção de atividades que efetivamente colabore com a gestão, manutenção e conservação da fauna em meio urbano.
- 2.7. Assim, o presente projeto pretende implementar uma série de ações, atividades, instalações, e workshops em parceria com a gestão municipal, escolas, e iniciativa privada que podem ser divididas em 3 áreas de atuação:
 - 2.7.1. **Promoção da interação do cidadão com a vida silvestre da cidade** Visando promover o primeiro contato da fauna com a população local, vamos investir na comunicação visual em até 3 parques (parques e vias públicas também podem ser avaliadas), com a confecção de estruturas como placas, painéis e mosaicos sobre a fauna silvestre voltados ao público em geral, infantil e PcDs. Por mais simples

parece este tipo de interação é pouco usada ou inexistentes, mesmo em parques com grande concentração de biodiversidade.

2.7.2. Elaboração de ferramentas de Educação Ambiental especializada - Peça chave na transformação da sociedade é a educação. Precisamos ensinar nossas crianças, jovens e adultos como podemos relacionar com a vida silvestre e que não estamos sozinhos nas cidades. Para avançar na percepção da sociedade, o projeto tem o objetivo de elaborar material didático (kit educador) para educadores, servir de guia/auxílio no desenvolvimento de atividades de educação ambiental relacionadas ao Ambiente, focando a fauna silvestre nas áreas verdes urbanas. Adicionalmente, vamos disponibilizar um host site (versão WEB e Mobile) do projeto que vai agregar todas as informações desenvolvidas no projeto, assim como dicas e outras iniciativas similares – a ideia é disponibilizar um local que agregue informações importante na educação ambiental com a fauna urbana. Por fim, o projeto pretende promover um Workshop voltado ao público de educadores e terá 2 objetivos específicos: 1- fortalecer a formação de multiplicadores (educadores, universitários e outros) voltados ao tema da fauna urbana. 2- Divulgação dos materiais do projeto, como o promover o Kit educador, as ferramentas digitais, webinars do projeto e outras ferramentas ao público de Educadores e estudantes.

2.7.3. Engajamento dos cidadãos nas ações de ciência cidadã e proteção a fauna - Também como forma de promover atividades de educação com outras formas de engajamento vamos promover ações especializadas de observação de biodiversidade voltadas ao público em geral. Essas ações visam promover a conexão com os ambientes naturais dentro dos centros urbanos ao mesmo tempo geram dados de ciência cidadã e auxiliam na gestão e conservação das áreas verdes urbanas, consequentemente da fauna silvestre associada. Estão previstos 03 tipos de atividades:

1 – 6 saídas para observação de aves.

2 – Realização de 4 oficinas de educação ambiental com crianças e jovens em parques urbanos.

3 – Promoção do evento global Desafio da Natureza Urbana, que tem como objetivo ampliar a conexão e participação do cidadão na coleta de dados de biodiversidade nas cidades. Este evento pretende trazer o cidadão para parques e locais com biodiversidade e registrar em um app.

Adicionalmente serão realizadas saídas a campo, abertas ao público, assim como a possibilidade de intervenções como tendas e banners nos parques para chamar a atenção do público ao evento.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O presente termo importa no repasse, pela **Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP/Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA**, do valor total de **R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três reais)**, sendo o repasse total realizado no presente exercício, conforme **Nota de Empenho nº 122451/2023**, onerando a dotação orçamentária **nº 27.10.18.541.3005.6.669.33.90.39.00.00.**, do orçamento vigente.

3.2. O pagamento será realizado em uma única parcela após a emissão da Ordem de Início.

3.3. Os recursos recebidos em decorrência deste termo serão depositados em conta corrente específica da instituição financeira pública nos moldes previstos no artigo 51, da Lei Municipal nº 13.019/2014, seguindo o tratamento excepcional as regras do Decreto Municipal nº 51.197/2010.

3.3.1. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto deste termo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

3.3.2. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública na ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste ajuste, nos termos do artigo 52 da Lei Municipal nº 13.019/2014.

- 3.4.** É vedada a utilização dos recursos repassados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA** em finalidade diversa estabelecida no projeto a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anteriormente ou posteriormente ao período acordado para a execução do objeto deste termo.
- 3.5.** Toda movimentação de recursos no âmbito deste termo será realizada mediante transferência eletrônica su à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 3.5.1.** Excepcionalmente, poderão ser feitos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária.
- 3.6.** É permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 3.7.** Poderá ser paga com recursos deste termo a remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, observadas as disposições do artigo 4º do Decreto Municipal nº 57.575/2016 e do artigo 46, da Lei Federal nº 13.019/2014.
- 3.7.1.** Fica vedada à Administração Pública Municipal a prática de atos de ingerência direta na seleção e contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.
- 3.8.** Quando for o caso de rateio, a memória de cálculo dos custos indiretos, previstos no plano de trabalho, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento quantitativo da divisão que compõe o custo global, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e o órgão da parcela, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.
- 3.8.1.** Os custos indiretos podem incluir, dentre outros, despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis, de assessoria jurídica e serviços administrativos.
- 3.8.2.** Nas hipóteses em que essas despesas caracterizarem-se como despesas diretamente atribuídas ao objeto deste termo, tais despesas serão consideradas custos diretos.
- 3.8.3.** Incluem-se como custos diretos, os custos de locação do imóvel onde funcionarão serviços públicos de natureza contínua viabilizada por parcerias, como os de educação, saúde e assistência social.
- 3.9.** O atraso na disponibilidade dos recursos deste ajuste autoriza a compensação de despesas despendidas devidamente comprovadas pela entidade, no cumprimento das obrigações assumidas por meio do plano de trabalho, com os valores dos recursos públicos repassados assim que disponibilizados.
- 3.10.** Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos constantes do plano de trabalho de acordo com os critérios e prazos a serem definidos por cada órgão ou entidade municipal, desde que não altere o valor total deste ajuste.
- 3.10.1.** A organização da sociedade civil poderá solicitar a inclusão de novos itens orçamentários desde que não altere o orçamento total aprovado.
- 3.11.** Os recursos deste ajuste geridos pelas organizações da sociedade civil não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas.
- 3.11.1.** Não é cabível a exigência de emissão de nota fiscal de prestação de serviços tendo a Prefeitura Municipal como tomadora nas parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA QUARTA

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 4.1.** A prestação de contas deverá conter adequada descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
- 4.1.1.** Os dados financeiros são analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita

a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, bem com conciliação das despesas com a movimentação bancária demonstrada no extrato.

4.1.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

4.2. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo visualização por qualquer interessado.

4.3. As organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos para fins de prestação de contas parciais e final:

- a)** relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;
- b)** na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, assim como notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;
- c)** extrato bancário da conta específica vinculada à execução deste ajuste;
- d)** comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;
- e)** material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;
- f)** relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- g)** lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- h)** a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

4.3.1. A memória de cálculo de que trata a **alínea “h” do item 4.3.**, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, identificação do número e do órgão ou entidade deste ajuste, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

4.3.2. Em caso de descumprimento parcial de metas ou resultados fixados no plano de trabalho, poderá ser apresentado relatório de execução financeira parcial concernente a referidas metas ou resultados, desde que existam condições de segregar referidos itens de despesa.

4.4. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será a Organização da Sociedade Civil notificada para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

4.4.1. Transcorrido o prazo, não havendo saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.

4.5. Cabe à Comissão de Prestação de Contas analisar cada prestação de contas apresentada, para fins de avaliação do cumprimento das metas do objeto vinculado às parcelas liberadas, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

4.5.1. A análise da prestação de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.

4.6. A análise da prestação de contas final constitui-se das seguintes etapas:

4.6.1. Análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atingimento dos resultados pactuados no plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;

4.6.2. Análise financeira: verificação da conformidade entre o total de recursos repassados, incluindo rendimentos financeiros, e os valores máximos das categorias ou metas orçamentárias, executados pela organização da sociedade civil, de acordo com o plano de trabalho aprovado e seus eventuais aditamentos, bem como conciliação das despesas com extrato bancário de apresentação obrigatória.

4.6.2.1. Nos casos em que a organização da sociedade civil houver comprovado atendimento

valores aprovados, bem como efetiva conciliação das despesas efetuadas com a movimentação bancária demonstrada no extrato, a prestação de contas será considerada aprovada, se não houver necessidade de verificação, pelo gestor público, dos recibos, documentos contábeis relativos a pagamentos e outros relacionados às compras e contratações.

- 4.7.** A análise da prestação de contas final levará em conta os documentos do **item 4.3.** e os pareceres e relatórios dos **itens 4.5 e 8.3.**
- 4.8.** Havendo indícios de irregularidade durante a análise da execução do objeto deste ajuste, o gestor público poderá, mediante justificativa, rever o ato de aprovação e proceder à análise integral dos documentos fiscais da prestação de contas.
- 4.9.** A organização da sociedade civil está obrigada a prestar contas mensalmente da boa e regular aplicação dos recursos recebidos e, em caráter final, ao término de sua vigência.
- 4.9.1.** O prazo poderá ser prorrogado por até 30 dias, a critério do titular do órgão, ou ente da Administração parceiro, ou daquele a quem tiver sido delegada a competência, desde que devidamente justificado.
- 4.9.2.** Na hipótese de devolução de recursos, a guia de recolhimento deverá ser apresentada juntamente com a prestação de contas.
- 4.9.3.** Após a prestação de contas final, sendo apuradas pela Administração irregularidades financeiras, o valor respectivo deverá ser restituído ao Tesouro Municipal ou ao Fundo Municipal competente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.
- 4.10.** A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública deverá dispor sobre:
- a)** aprovação da prestação de contas;
 - b)** aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas deste ajuste, quando estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
 - c)** rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e dano ao erário, com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.
- 4.10.1.** São consideradas falhas formais, para fins de aprovação da prestação de contas com ressalvas, as seguintes:
- a)** nos casos em que o plano de trabalho preveja que as despesas deverão ocorrer conforme os valores definidos para cada elemento de despesa, a extrapolação, sem prévia autorização, dos valores aprovados para cada despesa, respeitado o valor global deste ajuste.
 - b)** a inadequação ou a imperfeição a respeito de exigência, forma ou procedimento a ser adotado desde que o objetivo ou resultado final pretendido pela execução deste ajuste seja alcançado.
- 4.11.** As contas serão rejeitadas quando:
- a)** houver emissão no dever de prestar contas;
 - b)** houver descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c)** ocorrer dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d)** houver desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;
 - e)** não for executado o objeto deste ajuste;
 - f)** os recursos forem aplicados em finalidades diversas das previstas neste ajuste.
- 4.12.** A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
- 4.12.1.** O transcurso do prazo estabelecido no item anterior sem que as contas tenham sido apreciadas

significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

4.12.2. nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido no **item 4.12.** e a data em que foi última apreciação pela administração pública.

4.13. Caberá um único recurso à autoridade competente da decisão que rejeitar as contas prestadas, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão.

4.13.1. Exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

4.13.2. A rejeição da prestação de contas, quando definitiva, deverá ser registrada em plataforma eletrônica de acesso público, cabendo à autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, adotar providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento.

4.13.2.1. O dano ao erário será previamente delimitado para embasar a rejeição das contas prestadas.

4.13.2.2. Os valores apurados serão acrescidos de correção monetária e juros.

4.13.2.3. O débito decorrente da ausência ou rejeição da prestação de contas, quando definitiva, será inscrito no CADIN Municipal, por meio de despacho da autoridade competente.

CLÁUSULA QUINTA

DA EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto do presente ajuste se dará conforme o estabelecido no Plano de Trabalho acostado ao SEI nº 090201066, constante do processo administrativo.

5.2. As aquisições e contratações realizadas com recursos deste termo deverão observar os princípios de impessoalidade, moralidade e economicidade, bem como deverá a **PROPONENTE** certificar-se e responsabilizar-se pela regularidade jurídica e fiscal das contratadas.

5.2.1. Para a aquisição de bens e contratação de serviços, será exigida pesquisa ao mercado **prév** **contratação**, que deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

5.2.2. Os bens permanentes adquiridos com recursos públicos deverão ser entregues e incorporados ao patrimônio público da **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente -SVMA** ao término do ajuste ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira.

5.2.3. Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos deste termo, serão mantidos na titularidade da **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente -SVMA** quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado para celebração de novo termo com a organização da sociedade civil após a consecução do objeto, ou para execução direta do objeto pela administração pública municipal, devendo os bens remanescentes estar disponíveis para retirada pela **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA** após a apresentação final de contas.

5.2.3.4. A organização da sociedade civil poderá pedir, justificadamente, alteração da destinação dos bens remanescentes prevista no termo, que será analisada pelo gestor público, sob o critério de conveniência e oportunidade, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização até a decisão final do pedido de alteração.

CLÁUSULA SEXTA
DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

- 6.1. A **PROponente**, em atendimento ao presente termo se obriga a:
- a) executar satisfatória e regularmente o objeto deste ajuste;
 - b) responder perante a **SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA** pela integral realização dos serviços contratados com terceiros, na forma da legislação em vigor;
 - c) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária, decorrente execução do objeto deste ajuste, bem como por todos os ônus ordinários ou extraordinários eventualm incidentes;
 - d) facilitar a supervisão e fiscalização da **SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA**, permitindo-lhe efetuar o acompanhamento “in loco” e fornecendo, sempre que solicitado informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, bem c apresentar relatório de atividades, contendo o desenvolvimento do cronograma do projeto;
 - e) elaborar a prestação de contas a **SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SV** nos termos do Decreto Municipal nº 57.575/2016 e da Lei Federal nº 13.019/2014.
 - f) divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e estabelecimentos em que exerça suas ações, as parcerias celebradas com o poder público, contend informações dispostas no artigo 6º, do Decreto Municipal nº 57.575/2016.
 - g) O desenvolvimento de ações conjuntas para a elaboração do “Manual Cidade Amiga da Fauna”;
 - h) Promover a Facilitação durante as oficinas temáticas e workshops;
 - i) Realizar a consolidação e transcrição das oficinas e workshops;
 - j) Promover a logística para a realização das oficinas e workshops (coffee breaks, material de brinde, local);
 - k) Realizar a diagramação do Manual Cidade Amiga da Fauna;
 - l) Emissão do Relatório Final;
 - m) Garantir a gratuidade e o acesso público do material produzido;
 - n) Transferir a COOPERADA, no final da cooperação, todo material produzido conjuntamente.
- 6.1.1. No momento da assinatura desse termo, a entidade deve apresentar a seguinte documentação origi atualizada:
- a) Estatuto Social Consolidado e/ou de Constituição vigente, devidamente registrada no Cartório competente, vedada a apresentação de protocolos, ou tratando-se de sociedade cooperar certidão simplificada emitida por junta comercial. Os Estatutos devem observar as disposiçõe artigo 33, da lei Federal nº 13.019/2014.
 - b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ demonstrando existência jurídica há, no mínimo, 01 (um) ano;
 - c) Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
 - d) Ficha de Dados Cadastrais – FDC, comprovando a inscrição no cadastro como contribui mobiliário do Município de São Paulo – CCM;
 - e) Certidão Negativa de Tributos Mobiliários, relativos ao Município sede, com prazo de validade vigência. Caso a interessada não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, de apresentar Declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que nada de Fazenda do Município de São Paulo;
 - f) Certidão Negativa Conjunta de Débitos (CND) relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa União e Seguridade Social - INSS, expedida pela Receita Federal do Brasil, nos termos da Por RFB/PGFN 1.751, de 02/10/2014, com prazo de validade em vigência;

- g) Comprovante de inexistência de registros no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICII instituído pela Lei Municipal nº 14.094/05, regulamentada pelo Decreto nº 47.096/06;
- h) No caso de entidade já cadastrada, comprovante de inscrição no Cadastro Municipal Único Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS ou, no caso de entidades não cadastradas, formulário de solicitação de inscrição no CENTS, disponível na página eletrônica da Secretaria Municipal de Gestão, nos termos do Decreto nº 52.830, de 1º de dezembro de 2011.
- i) Certidão de Regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, prazo de validade em vigência;
- j) Relação nominal dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;
- k) Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
- l) Declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar qualquer modalidade de parceria, conforme previsto no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 (ANEXO II – Declaração da não ocorrência de impedimentos).
- m) Declaração, sob as penas da lei, para os efeitos do artigo 7º do Decreto nº 53.177/2012, assinada pelos dirigentes da organização da sociedade civil, atestando que não incidem nas vedações constantes do artigo 1º do referido decreto;
- n) Declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, conforme modelo do ANEXO III – Declaração sobre trabalho de menores.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS OBRIGAÇÕES DA PMSP/SVMA

7.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - PMSP/ SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA**, em atendimento a presente termo se obriga a:

- a) manter o empenho para os recursos necessários ao desenvolvimento deste ajuste;
- b) repassar à **PROPONENTE** os recursos decorrentes do presente;
- c) fornecer dados, relatórios e demais informações necessárias à execução deste ajuste;
- d) decidir e indicar soluções aos assuntos que lhe forem submetidos.
- e) manter, em sítio oficial na internet, a relação dos ajustes celebrados e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo as informações dispostas no art. 6º, do Decreto Municipal nº 57.575/2016.
- f) Elaborar e disponibilizar à **COOPERANTE** os conteúdos necessários sobre os eixos temáticos para a produção das oficinas e workshops;
- g) Participar com a **COOPERANTE** de reuniões do plano de trabalho, de oficinas e workshops e de elaboração do Manual.

CLÁUSULA OITAVA

DO ACOMPANHAMENTO

- 8.1. Compete à comissão de avaliação e monitoramento o aprimoramento dos procedimentos, unificação de entendimentos, a solução de controvérsias, a padronização de objetos, custos e indicadores, fomento ao controle de resultados e avaliação dos relatórios técnicos de monitoramento.
- 8.2. Serão efetuadas visitas **in loco**, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto.
- 8.3. A administração Pública deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação a cada mês.
- 8.4. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será homologado pela comissão de monitoramento.

avaliação, independente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

8.4.1. O grau de satisfação do público-alvo será levado em consideração tendo em vista o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento objeto deste termo, nos moldes definidos pelas áreas responsáveis às políticas sociais.

8.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação deste termo deverá conter:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

8.7. Da decisão da comissão de monitoramento e avaliação caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação da decisão.

8.7.1. A comissão de monitoramento e avaliação poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

CLÁUSULA NONA

DO GESTOR

9.1. A gestão deste termo será exercida por intermédio das servidoras Luciene Lopes Lacerda, RF 723.119-9; Maria Brisch, RF 644.442-3, a quem competirá:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução deste ajuste;
- b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas deste ajuste e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo das análises previstas no **item 4.5.**, bem como dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação de que trata o **item 8.3.**
- d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- e) atestar a regularidade financeira e de execução do objeto da prestação de contas.

9.1.1. No caso de parcela única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação e cumprimento do objeto.

9.2. O gestor deste ajuste deverá dar ciência:

- a) aos resultados das análises de cada prestação de contas apresentada.
- b) aos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, independentemente de sua homologação pela comissão de monitoramento e avaliação.

9.3. Os pareceres técnicos conclusivos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

- a) os resultados já alcançados e seus benefícios;
- b) os impactos econômicos ou sociais;
- c) o grau de satisfação do público-alvo, considerado o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento do objeto deste ajuste, nos moldes do plano de trabalho;
- d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DIREITOS AUTORAIS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 10.1. Os produtos e publicações produzidos conjuntamente nesta pela SVMA e Instituto Ampara Animal são público não necessitam de autorização prévia, desde que para fins não comerciais e citada a fonte e a autoria.
- 10.2. A transparência em relação a este Acordo de Cooperação Técnica e seus produtos deve atender os preceitos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e dos Decretos Municipais nº 53.623/2012 e nº 54.779/2014 correlatos.
- 10.3. Os dados cadastrais dos cidadãos que participaram das atividades formativas realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica devem ser resguardados seguindo os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO FOMENTO

- 11.1. O prazo de execução e de vigência deste Termo corresponderá período de **18 (dezoito) meses**, a partir da data de assinatura do presente Termo, mas apenas após final aprovação da prestação de contas esta **PROPONENTE** desobrigada das do presente termo.
- 11.2. A vigência deste Termo poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.
 - 11.2.1. A prorrogação de ofício da vigência deste termo deve ser feita pela administração pública quando ocorrer causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

- 12.1. A critério da Administração, admite-se a alteração deste termo, devendo a proposta ser acompanhada de revisão do plano de trabalho, desde que não seja transfigurado o objeto deste ajuste.
- 12.2. Para aprovação da alteração, a comissão de monitoramento e avaliação deve se manifestar acerca de:
 - a) interesse público na alteração proposta;
 - b) a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
 - c) a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.
 - 12.2.1. Após a manifestação da comissão de monitoramento e avaliação a proposta de alteração poderá ser encaminhada para a análise jurídica, observado o fluxo processual de cada órgão ou Poder Público, previamente à deliberação da autoridade competente.
- 12.3. Para prorrogação de vigência deste termo celebradas é necessário parecer da comissão de monitoramento e avaliação atestando que o ajuste foi executado a contento ou justificando o atraso no início da execução.
- 12.4. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.
- 12.5. Constitui motivo para rescisão deste termo o inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, e também quando constatada:
 - a) a utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
 - b) a falta de apresentação das prestações de contas;
- 12.6. Em caso de denúncia unilateral não enquadrada nas hipóteses do item anterior, deverá a parte comunicadora comunicar a outra com antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS SANÇÕES

- 13.1.** Pela execução deste ajuste em desacordo com o plano de trabalho e com as normas legais, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
- 13.1.1.** advertência;
 - 13.1.2.** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar o ajuste com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - 13.1.3.** declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar o ajuste ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja movida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;
- 13.2.** As sanções estabelecidas nos **itens 13.1.2. e 13.1.3.**, são de competência exclusiva do Secretário **SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias úteis, contados da abertura de vista, podendo a reabilitação requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
- 13.2.1.** prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução deste ajuste.
 - 13.2.2.** a prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.
- 13.3.** A sanção estabelecida no **item 13.1.1.**, é de competência exclusiva do gestor deste ajuste, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contados da abertura de vista.
- 13.4.** Os órgãos técnicos deverão se manifestar sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e a área jurídica quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos **itens 13.1.2. e 13.1.3.**
- 13.5.** A organização da sociedade civil deverá ser intimada acerca da penalidade aplicada.
- 13.6.** A organização da sociedade civil terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para interpor recurso a penalidade aplicada.
- 13.7.** As notificações e intimações de que trata este artigo serão encaminhadas à organização da sociedade civil preferencialmente via correspondência eletrônica, sem prejuízo de outras formas de comunicação, assegurando-se a ciência do interessado para fins de exercício do direito de contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1.** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo **item 6.1.1.**
- 14.2.** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - PMSP/SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA** não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela **PROPONENTE**, terceiros, ainda que vinculados à execução deste ajuste, nem por danos que venham a serem causados decorrentes de atos dos seus proponentes ou associados;
- 14.2.1.** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - PMSP/SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA** não se responsabiliza por quaisquer danos, prejuízos causados, e direitos ou obrigações decorrentes da legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária nem aqueles derivados da execução do presente ajuste, ainda com seus empregados, prepostos subordinados, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à **PROPONENTE**.
- 14.3.** O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos do termo não gera vínculo trabalhista com o poder público.
- 14.4.** Os agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas têm livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

14.5. A administração poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. Fica eleito o foro do Município de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e actado conforme vai assinado e rubricado via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, pelas partes e duas testemunhas abaixo identificadas.

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE
TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
Secretária Substituta

INSTITUTO AMPARA ANIMAL
JULIANA CAMARGO DE OLIVEIRA
Proponente



AMPARA ANIMAL
usuário externo - Cidadão
Em 14/12/2023, às 16:15.



Tamires Carla de Oliveira
Secretária Substituta
Em 14/12/2023, às 16:57.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **095097822** e o código CRC **F9B9C3B1**.
